

**GRAN**  
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

**Pós-Graduação em**  
**Direito e Defesa das**  
**Garantias Fundamentais**  
**Aplicada à Defensoria**  
**Pública**

*Lato Sensu*





# Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino? .....	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica .....	5
Direito e Defesa das Garantias Fundamentais – Aplicada à Defensoria Pública .....	6
Destaques do curso.....	6
Público-Alvo .....	7
Duração do curso .....	7
Matriz curricular .....	8
Conteúdo programático .....	10
FAQ do curso .....	14
Diferenciais tecnológicos .....	15
Ingresso .....	16

# POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que, pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

# CONHEÇA NOSSA

# METODOLOGIA

**Cursos 100% EaD**  
compostos por 3 módulos,  
liberados progressivamente  
a cada 60 dias.

**Avaliação feita por disciplina**  
no sistema de provas da Gran  
Faculdade, com sistema de notas  
em valores numéricos, numa escala  
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,  
considerando-se aprovado aquele  
que alcançar a nota mínima de 70  
(setenta) pontos.

**Disciplinas multiformatos**  
com videoaulas, aulas  
interativas ao vivo, slides e  
artigos acadêmicos.

**Trabalho de Conclusão de Curso**  
opcional, conforme Resolução CNE/  
CES n. 01, de 6 de abril de 2018.



# COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



**Lídia Marangon**  
Coordenadora

Defensora Pública do Distrito Federal. Coordenadora dos cursos de pós-graduação do Gran Cursos Online. Especialista em direito processual civil, direito de família, direito público e direito do consumidor. Professora de direito processual civil no Gran Cursos Online. Palestrante. Autora de obras jurídicas.

# DIREITO E DEFESA DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS – APLICADA À DEFENSORIA PÚBLICA

Os desafios impostos pelos tempos atuais e as mudanças vertiginosas nas relações entre seres humanos e o ambiente que os cerca O curso de pós-graduação se revela imprescindível para quem tem o interesse no desenvolvimento das competências e habilidades aplicadas à atividade de defensor(a) público(a), com raciocínio jurídico destinado à interpretação e aplicação do direito, pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito, desenvolvendo capacidade de atuação na defesa do Estado Democrático de Direito e das garantias fundamentais, propondo soluções e decidindo em consonância com os ditames constitucionais.

## DESTAQUES DO CURSO

Abordar a relação das garantias fundamentais e defesa dos vulneráveis de acordo com aspectos constitucionais, sociais e patrimoniais;

Demonstrar a necessidade de atuação profissional responsável e ética no âmbito da defesa das garantias fundamentais;

Habilitar profissionais do direito para a melhor compreensão dos meandros do direito e defesa das garantias fundamentais.



## PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em direito, assistentes sociais, conciliadores, mediadores, advogados, defensores públicos, servidores públicos, professores, pesquisadores.

## DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito e Defesa das Garantias Fundamentais – Aplicada à Defensoria Pública tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. Ofertado na modalidade EaD, com o uso das melhores tecnologias do mercado das EdTechs.

# MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Direitos e Garantias Fundamentais e sua Interface com Outros Ramos do Direito	27 h
02	Remédios Constitucionais na Visão dos Tribunais	7 h
03	Teoria Geral do Processo Constitucional e Ações Constitucionais Coletivas	27 h
04	Teoria Geral do Processo Constitucional e Ações Constitucionais Coletivas II	32 h
05	Direito Constitucional à Saúde	17 h
06	Jurisdição e Normas Fundamentais de Processo Civil	20 h
07	Tutela Provisória: Tutela de Urgência e Tutela de Evidência	15 h
08	Autocomposição, Procedimentos de Jurisdição Voluntária e Gratuidade Judiciária	15 h
09	Bem de Família	10 h
10	Temas Atuais de Direito de Família	8 h
11	Defesa do Consumidor	22 h
12	Defesa da Criança e Adolescente	16 h

<b>13</b>	Direitos Humanos	27 h
<b>14</b>	Direito Penal e Direito Processual Penal Contemporâneo	27 h
<b>15</b>	Teoria das Provas e Meios de Obtenção	22 h
<b>16</b>	Medidas Cautelares, Prisão Processual e Liberdade Provisória	22 h
<b>17</b>	Defesa Criminal Efetiva	27 h
<b>18</b>	Investigação Defensiva de Pessoas Físicas e Jurídicas	27 h
<b>19</b>	Comunicação e Oratória	17 h
<b>TOTAL DAS DISCIPLINAS</b>		<b>385h/a</b>
<b>Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)</b>		<b>40h/a</b>
<b>TOTAL DO CURSO</b>		<b>425h/a</b>

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
<b>DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E SUA INTERFACE COM OUTROS RAMOS DO DIREITO</b>	Evolução histórica dos direitos fundamentais no Brasil e no mundo. A interface entre história, direito e política. Direito objetivo e subjetivo. Binômio de Janus. Eficácia vertical, horizontal e transversal dos direitos fundamentais. Aplicação direta e indireta dos direitos fundamentais. Repercussão dos direitos fundamentais nas relações privadas. Constitucionalização do direito civil. Teoria dos quatro status de Jellinek. Características dos direitos fundamentais. Extensão de direitos fundamentais a pessoas jurídicas, estrangeiros, apátridas e a animais. Tratamento constitucional dado aos direitos e garantias fundamentais à luz da jurisprudência do STF e do STJ. Estado de coisas inconstitucional. Tratados internacionais sobre direitos humanos e sua posição no ordenamento constitucional brasileiro.
<b>REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS NA VISÃO DOS TRIBUNAIS</b>	Tratamento constitucional dos remédios constitucionais no Brasil e no mundo. Evolução histórica. Remédios constitucionais administrativos e judiciais. Remédios constitucionais dentro e fora do título reservado aos direitos e garantias fundamentais. Doutrina brasileira do habeas corpus. Remédios constitucionais individuais e coletivos. Teoria concretista, não concretista e intermediária no mandado de injunção. Ação popular, ação civil pública e os atos praticados por autoridades com foro especial. A postura ativa do Judiciário e as sentenças intermediárias. Os remédios constitucionais no Código Penal e no Código de Processo Penal. Lei da ação popular. Lei da ação civil pública. Lei do mandado de segurança. Lei do mandado de injunção. Súmulas do STF e do STJ aplicáveis aos remédios constitucionais.
<b>TEORIA GERAL DO PROCESSO CONSTITUCIONAL E AÇÕES CONSTITUCIONAIS COLETIVAS</b>	Processo constitucional: constituição e processo. Teoria geral do processo constitucional. Princípios constitucionais no Estado Democrático de Direito. Normas fundamentais processuais. Conceitos. Principiologia do direito processual constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos direitos fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística recursal constitucional: recursos ordinário, especial e extraordinário. Perspectivas do direito processual constitucional. Precedentes jurisdicionais. A tutela coletiva de direitos no sistema processual brasileiro. Fundamentos e princípios constitucionais do processo coletivo. Ações constitucionais coletivas típicas: ação civil pública. Ação popular. Mandado de segurança – individual e coletivo. Perspectivas do direito processual constitucional. Precedentes jurisdicionais.

<p><b>TEORIA GERAL DO PROCESSO CONSTITUCIONAL E AÇÕES CONSTITUCIONAIS COLETIVAS II</b></p>	<p>Processo constitucional: constituição e processo. Teoria geral do processo constitucional. Princípios constitucionais no Estado Democrático de Direito. Normas fundamentais processuais. Conceitos. Principiologia do direito processual constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos direitos fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística recursal constitucional: recursos ordinário, especial e extraordinário. Perspectivas do direito processual constitucional. Precedentes jurisprudenciais. A tutela coletiva de direitos no sistema processual brasileiro. Fundamentos e princípios constitucionais do processo coletivo. Ações constitucionais coletivas típicas: ação civil pública. Ação popular. Mandado de segurança – individual e coletivo. Perspectivas do direito processual constitucional. Precedentes jurisprudenciais.</p>
<p><b>DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE</b></p>	<p>O direito à saúde na Constituição Federal. O direito à saúde como dever do Estado. A universalização dos serviços de saúde. Técnicas práticas de promoção do direito à saúde. A saúde e o mínimo existencial. Legislação aplicada ao direito à saúde. A resistência estatal na promoção do direito à saúde (defesa Estatal). O direito constitucional à saúde e o dever do Estado de fornecer medicamentos e tratamentos. A judicialização da saúde.</p>
<p><b>JURISDIÇÃO E NORMAS FUNDAMENTAIS DE PROCESSO CIVIL</b></p>	<p>Normas fundamentais de processo civil – princípios. Jurisdição e ação. Sujeitos do processo (partes e procuradores) e litisconsórcio. Honorários advocatícios, nulidades e valor da causa.</p>
<p><b>TUTELA PROVISÓRIA: TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DE EVIDÊNCIA</b></p>	<p>Tutela provisória: tutela de urgência e tutela de evidência.</p>
<p><b>AUTOCOMPOSIÇÃO, PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA E GRATUIDADE JUDICIÁRIA</b></p>	<p>Autocomposição: negociação, mediação e conciliação. Gratuidade judiciária.</p>
<p><b>BEM DE FAMÍLIA</b></p>	<p>Antecedentes históricos. Conceito e classificação. Disciplina jurídica do bem de família. Exceções à impenhorabilidade. Aspectos jurisprudenciais.</p>

<p><b>TEMAS ATUAIS DE DIREITO DE FAMÍLIA</b></p>	<p>Filiação: a evolução do paradigma da paternidade (jurídica, biológica e socioafetiva). A dinâmica jurisprudencial no âmbito da filiação. Coparentalidade. Multiparentalidade na perspectiva do Supremo Tribunal Federal. Responsabilidade civil por falsa imputação da paternidade e por desistência na adoção. Responsabilidade civil nas relações de família: abandono (afetivo e material). União estável: compreensão em perspectiva constitucional e efeitos pessoais e patrimoniais. Concubinato x famílias simultâneas. Releitura contemporânea dos deveres matrimoniais. O dever de fidelidade e os seus efeitos jurídicos. Estelionato sentimental. Poder familiar: aspectos relevantes e a Shaken Baby Syndrome. Guarda de filhos: aspectos relevantes. Promessa de doação e o direito de família.</p>
<p><b>DEFESA DO CONSUMIDOR</b></p>	<p>Direito do consumidor. Natureza e fonte de suas regras. Teoria constitucional da proteção do consumidor. Competência legislativa sobre direito do consumidor. Características e princípios do Código de Defesa do Consumidor. Integrantes e objeto da relação de consumo. Política nacional de relações de consumo. Objetivos e princípios. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos. Proteção à saúde e segurança. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta e efeito vinculante da oferta publicitária. Publicidade. Práticas abusivas. Proteção contratual. Princípios basilares dos contratos de consumo. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Superendividamento. Defesa do consumidor em juízo. O papel da Defensoria Pública na defesa do consumidor.</p>
<p><b>DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE</b></p>	<p>Paradigmas legislativos em matéria de infância e juventude: as doutrinas da situação irregular e da proteção integral. A criança e o adolescente na normativa internacional. Declaração Universal dos Direitos da Criança. Convenção Internacional sobre os direitos da Criança. Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças. Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em matéria de adoção internacional. Regras mínimas da ONU: para proteção dos jovens privados de liberdade e para administração da justiça da infância e juventude (Regras de Beijing). Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil. Os direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal. A defesa da criança e adolescente nas esferas cível e infracional.</p>
<p><b>DIREITOS HUMANOS</b></p>	<p>Teoria geral dos direitos humanos: conceito; terminologia; eficácia vertical e eficácia horizontal; características; gerações de direitos. Afirmção histórica dos direitos humanos. Direitos humanos e responsabilidade do Estado. Direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro e na Constituição Federal de 1988. Natureza jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos. Controle de convencionalidade. Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. Sistemas de proteção dos direitos humanos. Sistema global de proteção aos direitos humanos. Sistema interamericano de proteção aos direitos humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução n. 217-A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948). Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (Decreto n. 40, de 15 de fevereiro de 1991). Lei 13.060/2014.10) Resolução da ONU n. 34/169 de 1979 – código de conduta para policiais. Manual de formação em direitos humanos para as forças policiais da ONU. Pacto de São José da Costa Rica.</p>

<p><b>DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL CONTEMPORÂNEO</b></p>	<p>Informativos do Superior Tribunal Federal. Informativos do Superior Tribunal de Justiça. Súmulas do Supremo Tribunal Federal. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.</p>
<p><b>TEORIA DAS PROVAS E MEIOS DE OBTENÇÃO</b></p>	<p>Conceito, sentido e distinções de prova. Fato, vestígio, indício e prova. Objeto, fontes, elementos, meios e finalidade. Meios de obtenção de prova. Classificação e espécies. Sistema de avaliação e valoração. Princípios Informadores. Classificação. Ônus e produção da prova. Procedimentos. Cadeia de custódia. Provas ilícitas. Provas ilegítimas. Provas em espécie.</p>
<p><b>MEDIDAS CAUTELARES, PRISÃO PROCESSUAL E LIBERDADE PROVISÓRIA</b></p>	<p>Delineamentos constitucionais e hermenêuticos indissociáveis para compreensão da prisão provisória e soltura. Medidas cautelares e prisão processual: visão panorâmica das prisões no ordenamento processual penal brasileiro e a cautelaridade das prisões processuais. Uso de algemas. Privacidade versus direito à informação. Prisão em flagrante de delito. Prisão temporária. Prisão preventiva. Dever de fundamentação. Execução provisória da pena no Tribunal do Júri. Soltura: institutos restabelecadores do 'status libertatis' no curso das persecuções penais. Do relaxamento da prisão ilegal. A liberdade provisória. Revogação da prisão preventiva. Dever de revisão do decreto preventivo. Prisão domiciliar e habeas corpus coletivo.</p>
<p><b>DEFESA CRIMINAL EFETIVA</b></p>	<p>Constitucionalização do direito processual penal. Sistemas processuais penais. Persecução penal inquisitorial: o inquérito policial e as demais formas de investigação criminal. Investigação criminal defensiva. O papel da defesa no inquérito policial. O papel da defesa na audiência de custódia. Defesa efetiva no processo criminal. Técnicas de defesa no Tribunal do Júri. O papel da defesa no âmbito recursal. O uso adequado do habeas corpus.</p>
<p><b>INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS</b></p>	<p>Investigação defensiva no direito comparado. Contraditório e defesa no inquérito policial. Direito à prova e à investigação dos fatos. Eficiência e garantismo. Paridade das armas. Princípio da igualdade. Contraditório e ampla defesa. Indiciamento. Compliance.</p>
<p><b>COMUNICAÇÃO E ORATÓRIA</b></p>	<p>Videoconferência. Concentração. Comunicação. Público. Roteiro. Tempo. Indumentária. Postura corporal. Voz (volume/ritmo/velocidade). Memoriais. Dinâmicas.</p>

# FAQ DO CURSO

## O curso de Pós-Graduação em Direito e Defesa das Garantias Fundamentais – Aplicada à Defensoria Pública é EaD?

Sim! Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

## O curso de Pós-Graduação em Direito e Defesa das Garantias Fundamentais – Aplicada à Defensoria Pública é um curso de Pós-Graduação Lato Sensu, o que isso significa?

As pós-graduações lato sensu compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (Master Business Administration). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso o(a) aluno(a) obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

## Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 6 de abril de 2018.

## O curso de Pós-Graduação em Direito e Defesa das Garantias Fundamentais – Aplicada à Defensoria Pública é autorizado pelo MEC?

Sim, todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação – MEC.

## É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, o aproveitamento de estudos dar-se-á por equivalência ou isenção de disciplinas, caso o(a) aluno(a) já tenha cursado disciplina com carga horária e conteúdo programático compatíveis ou idênticos entre si. O pedido de aproveitamento de disciplinas será analisado pela coordenação do curso.

## O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim, o calendário de programações com as respectivas datas previstas está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

## DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais, para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, tablet, TV, celular.

Download de materiais para estudo offline, assim você estuda até mesmo nos seus momentos off.

App compatível com iOS e Android, para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do Youtube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



# INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nessa jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!

Você a poucos



passos de muitos

futuros

[gran.com.br](http://gran.com.br)

